

**INGLATERRA, MAIO DE 1968:
O Manifesto da Velha Guarda da Nova Esquerda**

João Ernani F. Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)
jernanif@hotmail.com

Maio de 1968. Inglaterra. A editora Penguin publicava o Manifesto do Dia dos Trabalhadores, editado por Raymond Williams. Uma versão preliminar havia sido lançada no ano anterior por iniciativa de um Comitê Editorial constituído por Williams, Stuart Hall e Edward Thompson. Tal comitê da “velha guarda” da “nova esquerda” formara-se em 1966. Em *A Política e as Letras* (2013: 380-383) – coletânea de entrevistas com Williams, realizadas entre 1977 e 1978 e conduzidas por Perry Anderson, Francis Mulhern e Anthony Barnett – o crítico literário detalhava melhor as circunstâncias de elaboração do Manifesto. Ressaltava, primeiramente, a contrariedade em relação ao gabinete do primeiro-ministro Harold Wilson, do Partido Trabalhista. Em 1964 e 1965, ainda havia sido possível aquiescer com o argumento de que demandas socialistas quedavam adiadas por falta de uma maioria parlamentar. Nas eleições de Março de 1966, porém, os laboristas conquistaram ampla margem de votos favoráveis. Mesmo assim, as reivindicações não avançaram. Pior ainda: aquele partido de “esquerda” acabava por figurar como aliado do sistema capitalista e de seus agentes. A repressão à greve dos Marinheiros, os cortes sociais como artifício para manter a cotação da libra esterlina e o apoio à Guerra do Vietnã somavam-se como frustrações para Williams. O Manifesto, nesse sentido, valia como satisfação à militância acerca dos motivos de sua desfiliação do Partido Trabalhista. No verão de 1966, um grupo de antigos ativistas reaproximou-se e passou a discutir as possibilidades de intervenção no cenário político. Durante o inverno, Williams pôs de lado seus estudos para concentrar-se na redação do Manifesto, dando forma a discussões que envolviam intelectuais de várias disciplinas em renomadas universidades britânicas.

May Day Manifesto. O título em inglês permite o trocadilho com o sinal de alerta e pedido de socorro do jargão militar. Avisava-se que o momento era crítico. Solicitava-se que as diversas causas, campanhas e agendas dos trabalhadores, coletivos e minorias fossem unificadas em uma oposição ao sistema capitalista como um todo. A dedicação do partido trabalhista às prioridades do “dinheiro e do poder” era vista como

um fracasso (a derrota em uma aparente vitória) para os militantes progressistas; mas, ao mesmo tempo, indicava a necessidade de um movimento de oposição e de mudança nos âmbitos industrial e político, internacional e doméstico, econômico e cultural, humanitário e radical. Na edição de 1967, as análises do *May Day Manifesto* eram agrupadas em cinco seções principais: “Trabalhismo e o Novo Capitalismo”, “As Realidades Sociais”, “O Novo Imperialismo”, “Guerra e Paz” e “As Políticas do Socialismo”. Uma das ênfases do Manifesto concernia a uma espécie de prestidigitação da retórica política pela qual um mesmo termo era usado para significar coisas totalmente diferentes. Isso gerava mistifórios e criava disjunções entre os nomes e a realidade, visão e poder, sentidos humanos e a linguagem moribunda de um sistema político falso (WILLIAMS: 1967, p. 01; WILLIAMS: 1968, p. 13). Daí, os autores exercitarem o escrutínio de algumas “palavras-chave”, tais como “planejamento”, “modernização”, “seletividade”, “administração de pessoal” (*man-management*), “subdesenvolvimento” e “democracia”.

A extensão do texto na edição de 1968 foi mais que duplicada. No formato de livro de bolso, seus cinquenta capítulos condiziam com a estrutura do manifesto anterior. As principais alterações foram a sistematização de uma longa parte sobre a crise britânica e a alteração do ponto em que começava a análise. Nesse item, especificamente, os autores discutiam um meandro metodológico que dizia respeito às escolhas – que podem ser entendidas como uma ruma de renúncias juntas – e enfoques do investigador. As interpretações costumam iniciar-se com a eleição de algum aspecto ou elemento. Todavia, essa eleição mesma pode comunicar a dificuldade de enxergar as coisas de outras maneiras, e isso já seria indício de como uma cultura específica impõe a sua ortodoxia. Ademais, as escolhas talvez tomassem como central algo que seria particular e isso teria implicações em todos os desdobramentos da análise. O ponto de partida para os autores do *Manifesto* de 1968 deslocava-se, portanto, do exame mais conceitual sobre “Trabalhismo e Novo Capitalismo” para concentrar-se nas condições de vida das pessoas, mormente na Inglaterra. Tal alteração, enfim, presta tributo às querelas marxistas acerca das “questões de método” na crítica à economia política, que orientavam partir do concreto para o abstrato, e não o inverso.

A seção “Realidades Sociais” (WILLIAMS: 1968, p. 18-20) partia, assim, da constatação de um paradoxo: conviviam-se na Grã-Bretanha do pós-guerra com um alto padrão de vida e níveis alastrados de miséria e desigualdade. Além de situação real, a pobreza pairava como um espectro para muitos. As pessoas eram definidas, primeiramente, pelo que faziam, feito força de trabalho. Daí, que ao envelhecer ou enviuvar, quando quedavam doentes, nas circunstâncias do desemprego, acirravam-se os desníveis entre desejo e oportunidade, entre expectativa e realização. O contingente de pobres não era estático. Pior: tendia a aumentar. Pior ainda: os pobres não possuíam uma organização política consistente e, também por isso, eram explorados. Exemplos disso, numerosos e repetidos, encontravam-se nos benefícios legais que eram tratados como uma espécie de “caridade” (o que gerava e era gerado pelo baralhamento entre as noções de direitos e as imagens da filantropia e que engendrava tentativas de angariar gratidão e obediência – quando se cobrava a dívida pelo que seria uma dádiva e eram reforçados os mecanismos de vigilância e disciplina); ou os pedidos que tinham sua chancela condicionada a sabe-se lá que tipo de apoio; ou os credenciados em programas assistenciais que eram encarados sob uma ótica da suspeita, como se urdissem fraudes e tramoias. Uma lógica perversa imiscuía-se na noção de “seletividade”. No linguajar burocrático, essa seria uma maneira de racionalizar recursos escassos. Todavia, calhava permanecer atento, pois, podia tratar-se de um modo de estigmatizar as pessoas, tachando algumas como cidadãos de segunda classe. Outra lógica perversa – camuflada por trás da noção de “nível mínimo” – preservava a pobreza como uma linha a partir da qual os ricos poderiam aferir seus triunfos. A miséria era tachada como falência e fracasso. E era a partir daí que uns poucos aquilatavam seus sucessos. Êxito, bem-estar e charme eram associados à posse de bens. Isso reverbera considerações de Stuart Hall, no artigo “The Supply of Demand”, inserido em *Out of Apathy*, nas quais o autor percebia analogias publicitárias entre “sucesso” e “sexo” e enfatizava o quanto as relações quedavam mediadas pela necessidade de transtornar os indivíduos em massas, tornando-os “disponíveis” às investidas de mando: consumidores tinham que ser “conquistados”, eleitores careciam ser “seduzidos”, audiências precisavam ser “arrebataadas”, leitores “capturados”, resistências “vencidas”... (In: THOMPSON: 1960, p. 84).

Para além das condições materiais, percebia-se também uma pobreza de espírito, pois, julgava-se que os homens eram mais míseros que o necessário, tanto em sua renda, quanto em suas habilidades, horizontes e segurança, criatividade e potencial de conhecimento (WILLIAMS: 1968, p. 39). Na área da “Habitação” vigoravam os imperativos da especulação. O problema dos sem-teto, quiçá, fosse o principal; mas, estava longe de ser o único. A questão dos aumentos abusivos dos aluguéis e hipotecas, a carência de moradias, as condições degradadas de cortiços e guetos e mesmo a feiura dos aglomerados urbanos somavam-se como queixas e protestos. Na “Saúde”, a influência da indústria farmacêutica, os interesses das redes privadas de hospitais e o modelo de atendimento particular, nos consultórios, tornavam marginais os esforços de uma saúde comunitária e cuidados compartilhados. Na “Educação”, os autores do *Manifesto* criticavam o que seria a perpetuação das estruturas de classe e dominação. Existiam escolas para as elites e havia o ensino para estratos baixos e medianos. Mais que uma concepção da educação como preparação para a vida, para a prática democrática ou como desenvolvimento da criatividade e expressão, prevalecia o padrão de reprodução técnicas e conteúdos com vistas ao adestramento de mão de obra. O item “Emprego” sublinhava as desigualdades, as explorações recíprocas e as agressões mútuas que proliferavam nas relações capitalistas. Isso, talvez, porque tivesse sido perdido o significado mesmo do termo trabalho, restando apenas como energia humana dada e recebida. Como estratégia para suavizar os conflitos, cintilavam os preceitos da “administração de pessoal” (*man-management*), que os autores definiam, ironicamente, como uma tecnocracia que objetivava tornar as pessoas felizes enquanto elas estivessem trabalhando para você. Uma crença (talvez, auspiciosa demais) era que os trabalhadores teriam mais controle com a mecanização e automatização de vários serviços repetitivos, azucrinantes e fastidiosos. Os tópicos “Comunicações” (e na edição de 1968, “Publicidade”) retomavam preocupações de Edward Thompson (no panfleto *The struggle for a free press*) e Raymond Williams, em *The Long Revolution*. Considerava-se, primeiramente, que as técnicas e meios de comunicação em larga escala poderiam auxiliar na constituição de práticas democráticas mais efetivas. Acontece, porém, que as redes de informação estavam concentradas nas mãos de uma minoria. A questão não era só de as maiorias não terem voz. Era também a de essa voz fazer ecoar as visões de

mundo daquela minoria; pois, as realidades não meramente existiam, mas, eram forjadas (nas acepções de fabrico e falsificação). Os sistemas de comunicação e as ilusões publicitárias repercutiam interesses e interpretações do “novo capitalismo”, como a identificação de indivíduos e grupos como consumidores e a ideia de “liberdade de escolha”. Na Inglaterra, a imagem de “súdito” prevalecia sobre a de “cidadão”. Será, porém, que seria suplantada pela de “consumidor”? Qual a verdade e qual a abrangência de uma liberdade de escolher entre opções já previamente selecionadas?

A constatação do item “Trabalhismo e o Novo Capitalismo” é que, para sobreviver, o sistema teve que adaptar-se e sofrer modificações. O que se chamava “economia mista”, de fato, era uma metamorfose que visava reformular um modelo em declínio, atrasado em muitos setores, paralisado por baixas taxas de crescimento, carestia e por débitos na balança comercial. Para os autores do Manifesto (que tinham a Grã-Bretanha como centro de suas interpretações) assistia-se à transição entre fases de um sistema que, mesmo entrópico, insistia em alçar-se ao estágio seguinte. Embora derivado do capitalismo de livre-comércio, o sistema percebido pelos analistas da *New Left* era, cada vez mais, controlado por menos gente. Ainda que “liberais” na aparência, noções como “racionalização” camuflavam estratégias de controle, não apenas de oferta e procura, senão de corações e mentes. Um punhado de gigantescas corporações comandaria bem mais que a economia. E aí, os termos “planificação/planejamento” adquiriam sentidos inusuais e contrários à semântica socialista. Não significavam a subordinação dos lucros privados às prioridades sociais. A pragmática sublinhava o senso de previsão, de coordenação de investimentos, de expansão e exploração. E nisso o Estado cumpria o papel de administrador geral da economia através dos meios fiscais. Essa ação, entretanto, em nada coincidia com a noção de “bem-estar” (*welfare*), pois, os créditos não seriam distribuídos dos ricos aos pobres. Ao invés, os dividendos seriam repartidos entre os acionistas. A pauta “redistribuição” caía suplantada pelos borderôs de “produtividade”. As regras seriam as das porcentagens de aumento da produção em um determinado período e aquelas das cifras e barganhas da “necessária” rentabilidade ao capital. Caso sobrasse algum dinheiro, talvez, pudessem ser cogitados clamores por justiça social, necessidades humanas básicas ou igualdade de oportunidades. Se o capitalismo de mercado havia acirrado as relações hostis entre patrões e empregados, a

estratégia da nova economia baseava-se na supressão de qualquer sentido de comunhão e equanimidade e na atomização dos indivíduos, percebidos como força de trabalho e consumidores.

A seção “Trabalhismo e o Novo Capitalismo” também debatia a chamada “modernização”, a resposta das elites políticas e econômicas à crise de confiança da sociedade britânica. Os entusiastas de tal doutrina predicavam a necessidade de “renovação” e criticavam o que viam como excessiva deferência ao passado. Entabulavam, ao mesmo tempo, a conexão entre tecnologia e desenvolvimento; com intenções de firmar “consensos” a partir da dita “revolução científica”. A “modernização” devia ser um fim, sem que se discutissem os seus meios. Cumpria suprir a “ineficiência” da economia britânica sem, contudo, problematizar as “injustiças” e desigualdades do modo de vida capitalista. “Modernização” e “renovação” eram lemas que excitavam expectativas de mudanças qualitativas, com diminuições da pobreza e do desemprego. A controvérsia que o Manifesto estabelece, entretanto, é de que “modernização” seria mais um estratagema que um programa: propagandeava mudanças de atitudes, costumes, técnicas e práticas, mantendo intactas e inquestionáveis as estruturas de acumulação e poder. A análise, então, incidia sobre o tema das temporalidades, ao postular que “modernização” seria a “ideologia do presente sem fim”, na medida em que criava meandros técnicos que estimulavam os rompimentos com o passado, impondo, todavia, limites à construção do futuro. Essa “teologia do novo capitalismo”, ao contrário, desqualificava como quiméricos os “planejamentos” que extrapolassem os prazos dos próximos balancetes e os ciclos de realização de lucros (WILLIAMS: 1967, p. 05-07; WILLIAMS: 1968, p. 44-46).

A Grã-Bretanha havia sido um Império. Propalava-se até, como os ibéricos já haviam feito um dia, que aquele era um domínio em que o sol nunca se punha, dadas as possessões na Oceania, Oriente, África e América. O afluxo de capitais e investimentos nos mercados globalizados, a expansão de grandes corporações internacionais, o hiato tecnológico e a necessidade de suprimento de matérias-primas, as alianças militares e os acordos alfandegários configuravam, contudo, algo que os autores do Manifesto crismavam como “Novo Imperialismo”; e reconheciam, não sem algum ranço jingoista, que a antiga metrópole desempenhava ali um papel secundário. Exemplo eloquente era

o da Libra Esterlina. Esse símbolo do antigo império ainda era usado nos negócios e como lastro financeiro. Entretanto, “crises de confiança”, motivadas por prejuízos na balança comercial e pelos altíssimos custos de defesa, redundavam em giros especulativos e na brusca retirada de circulação dos *pounds*. Para tentar evitar a desvalorização da moeda, a cotação era artificialmente mantida pela dilapidação das reservas e ao custo social de recessão e carestia.

O Manifesto examinava também a pecha de “subdesenvolvimento” que recaía sobre muitas nações (WILLIAMS: 1967, p. 24-25; WILLIAMS: 1968, p. 67-69). Primeiramente, o termo parecia sugerir uma exploração limitada das riquezas e um aproveitamento parcial dos potenciais desses países. As possibilidades não seriam usufruídas, nem plena nem eficazmente. As causas da miséria e da desigualdade eram buscadas no que seria um trato insuficiente e desleixado dos recursos naturais ou na precariedade tecnológica, e não nas relações predatórias em que a riqueza de poucos é amealhada pelo pauperismo de muitos. Outro ardil do termo “subdesenvolvido” está na sugestão de que tais povos seriam semelhantes aos europeus em uma fase anterior de sua evolução. A ideia tem cariz teleológico pois firma as nações “desenvolvidas” como modelo, significado e destino. É como se as “vias de desenvolvimento” quedassem restritas à repetição dos estágios que os países ricos cumpriram. Aí, internamente, o emblema do “desenvolvimento” apresenta viés justificativo, com o afã de coroar poderes e controles presentes e com os intentos de legitimação dos processos históricos, mesmo que repletos de violências e injustiças. O acerto da ação das elites era, então, quase mecanicamente, deduzido e saudado.

Uma das formas mais insidiosas do “Novo Imperialismo” atuava através dos auxílios financeiros, operados por agências como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Os autores do *May Day Manifesto* pontuavam que as políticas de crédito eram decididas prioritariamente em relação aos interesses das grandes nações. Ademais, muito do chamado “auxílio” era, de fato, um empréstimo que teria que ser pago, com moras e com desequilíbrios na balança comercial para os países que vendiam matérias-primas e compravam produtos industrializados e tecnologia. Tais “ajudas” podiam favorecer distorções na economia dos países devedores. Socialmente, podiam servir para amainar tensões e, politicamente, para perpetuar elites e estruturas arcaicas.

O sistema de dominações era complexo, pois, nos países exploradores havia grupos, classes e firmas que eram explorados. E nos países explorados havia grupos, classes e firmas que eram exploradores.

O comércio ocorria também no plano das ideias, reproduzindo privilégios das metrópoles em detrimento das colônias. Isso seria perceptível em algumas abordagens do tema da “independência”. A liberdade de uns era figurada como liberalidade de outros. A soberania era apresentada e difundida como uma benfeitoria, uma concessão dos colonizadores; e não como conquista, resultante de uma série de combates dos colonizados. A alegoria era a de que os ricos ajudavam os pobres e fica subentendido que esses deveriam retribuir com gratidão e obediência. Qualquer discordância era proscrita feito subversão, toda subversão era recriminada como comunismo. As medidas para conter tais intentos acionavam, por um lado, as sanções econômicas e cortes nos empréstimos e fundos financeiros; e por outro, as intervenções armadas e a subvenção de grupos paramilitares.

A Guerra Fria era um meridiano político que dividia o planeta e espalhava conflitos pelo mundo afora. No capítulo “Guerra e Paz”, os autores aludem à sensação agônica de, em seu cotidiano, vagarem pelos corredores de um pesadelo (WILLIAMS: 1967, p. 32). No “novo capitalismo” a indústria bélica era uma das forças mais influentes, emaranhada com fundações, laboratórios de pesquisa, instituições acadêmicas, postos militares e cargos administrativos. E as armas contavam entre os principais produtos da lucrativa pauta de exportações das potências imperialistas. As ogivas nucleares e a tecnologia de sua fabricação, entretanto, não eram negociadas e permaneciam como segredos e trunfos em relação aos países “satélites”. Como doutrina militar, a dissuasão predicava que a melhor estratégia de defesa era estar preparado para o ataque. A ambição era enfraquecer ou despersuadir o inimigo através da ostentação de seu poder de fogo. Os contínuos melhoramentos na parafernália armamentista, cada vez mais, tendiam a vergar o âmbito da política e da diplomacia e a encurtar o tempo para a tomada de decisões. Mas, o inferno não são, somente, os outros: a projeção de um poder externo agressivo e expansionista – somada à mitologia das conspirações – favorece a vigilância e a repressão internas. E se, para um europeu, as fronteiras do conflito entre soviéticos e americanos desrespeitavam a História, a Geografia, os fatores étnicos e

linguísticos; cabia observar, contudo, que as tensões e confrontos haviam sido alastrados para outros países e regiões, para a Oriente e para o Sul. Os autores reafirmavam o juízo de que as armas atômicas representavam o maior e mais imediato perigo à civilização e, no limite, à própria existência humana (WILLIAMS: 1967, p. 28; WILLIAMS: 1968, p. 89). O Partido Trabalhista, julgava-se, portanto, havia falhado no apoio à pauta de desarmamento unilateral e na adesão aos movimentos pacifistas, antinucleares e contrários à Guerra no Vietnã.

O tópico “As Políticas do Socialismo” iniciava com outra crítica aos laboristas. A Cláusula IV do Programa do Partido Trabalhista preconizava a luta pelo Socialismo. Sob a liderança de Hugh Gaitskell, na década de 1950, discutiu-se a retirada desse ponto da lista de causas. Com Harold Wilson, o preceito continuava lá; mas, era como se não contasse. Isso servia para que os autores do Manifesto destacassem limites e aporias da política parlamentar. Uma das nuances do novo capitalismo é que ainda necessitava de legitimação eleitoral. Os principais partidos, *Tory* (Conservador) e *Labour* (Trabalhista), porém, haviam sido absorvidos pelas estruturas desse capitalismo. A alternância de tais siglas redundava na manutenção do *status quo*. A participação “democrática” quedava como uma espécie de ilusão; pois, as máquinas partidárias reproduziam estruturas verticalizadas em que o poder restringia-se às cúpulas, com o menoscabo de conferências, com manobras em plenárias ou com patrulhas a visões internas que expressassem críticas ou contrariedades. É como se não pleiteassem militantes, mas, apenas eleitores. Nas Câmaras, toda uma série de praxes e paramentos era interpretada, não apenas como “tradições pitorescas”, mas, como uma maneira de restringir os debates e confinar os círculos de decisão. Os rituais parlamentares eram criticados, menos pelo estilo, e mais pelos efeitos. As pessoas mais afetadas por qualquer medida eram mantidas à distância dos centros e trâmites em que as decisões eram tomadas. Além disso, as demandas da produção pareciam subjugar os interesses e direitos humanos. A situação não seria mais favorável nos sindicatos e corporações. Podia-se até alegar que os trabalhadores participavam dos conselhos das fábricas. Pouco era lembrado, todavia, que isso ocorria nos termos definidos, principalmente, pelo capital. Quando comparado com o fascismo dos anos 1930, o autoritarismo da década de 1960 parecia mais brando; quem sabe se por isso, até mais difícil de ser enfrentado

(WILLIAMS: 1967, p. 35; WILLIAMS: 1968, p. 149-150). O intento era que o sistema fosse oferecido feito algo “absoluto”. Pela construção manipulada da “opinião pública” e pela “política de consenso” tentava-se firmar aquele estado de coisas como “normalidade”. Mais que o ímpeto, esperava-se a apatia dos apoiadores. Para as eventuais oposições operava-se seguindo estratégias diversionistas, de dividir para conquistar, pular de um assunto para outro, gerar polêmica, semear mentiras.

Expropriar as pessoas de uma presença política mais ativa: essa, a ambição imperialista. Para tanto, valiam-se dos meios de comunicação e técnicas publicitárias para difundir advertências de que as questões políticas eram assunto para especialistas, das instituições governamentais e da arena parlamentar. Ou para tentar confundir as consciências, com alegações de que causas diversas seriam divergentes. A perpetuação do sistema era favorecida na proporção em que as pessoas, ao invés do confronto contra esse sistema, continuassem disputando umas com as outras suas bandeiras, reivindicações e precedências. Daí, Raymond Williams declarar em *A Política e as Letras* que: o “princípio do *Manifesto* era que as pessoas deveriam ser capazes de se unir em fóruns sem ter que romper com qualquer outro grupo” (2013, p. 381). Afigurava-se a necessidade de as campanhas serem empreendidas para além das estruturas partidárias e dos ciclos eleitorais. As conversas deviam romper os redutos dos que já estavam convencidos. Cabia buscar alertar aqueles que desprezavam, informar quem desconhecia e convencer os que discordavam. Na formação da *New Left*, em fins dos anos de 1950, uma das ênfases já atinava ao que era definido como “apatia”; quase um decênio depois, uma das tônicas preconizava a necessidade de movimento, de movimentações. O que tinha sido visto até ali como uma fraqueza – o fato de existirem diversas causas, muitas lutas, em vários cantos do mundo – poderia vir a tornar-se uma força, pois as pessoas e grupos alcançavam e faziam-se presentes em setores da sociedade nos quais não havia próceres legislativos ou siglas partidárias. Os partidos não eram de todo anulados, principalmente, quando envolviam questões nacionais, como nos casos de Gales, Irlanda e Escócia. A crítica era concernente ao que seria uma cooptação das legendas pelo sistema político (quando se tornavam “máquinas eleitorais”), bem como sobre a reprodução interna de esqueletos inquestionáveis de comando e controle.

Uma passagem do *1967 New Left May Day Manifesto* sentenciava:

Ser um socialista, agora, é estar no ponto em que uma firma é adquirida pelo capital estrangeiro; estar onde os ganhos e utilidades estão açodando, intimidando e descartando homens; estar aonde é travada uma batalha por ordenados, ou uma redução de horas; estar onde uma escola ou um hospital carecem de melhoramentos urgentes, ou o serviço de ônibus, uma melhoria habitacional, uma clínica local precisa ser conquistada, contra as ordinárias prioridades comerciais e burocráticas; estar onde as prestações dos Conjuntos Residenciais estão sendo majoradas, durante uma paralisação por salários; estar em um jornal ou revista, ameaçados de fechamento pelos cálculos dos anunciantes e sócios proprietários; ser um estudante esperançoso de passar calmamente para um emprego prescrito sem qualquer compartilhamento na definição de suas matérias ou na governança de suas instituições; ser um professor, lutando para manter seus ideais contra a avaliação burocrática das crianças e um perpétuo corte nos recursos; ser um assistente social, sabendo que onde as pessoas mais estão em necessidade sempre existe uma redução dos auxílios, de socorristas qualificados, de prédios e equipamentos, do devido respeito; é estar nas ruas, no burburinho da sociedade, chamando atenção para o que está acontecendo com os pobres desprezados, em nosso próprio país e em outros, quebrando o sistema de indiferença humana e opondo-se à preparação, à cumplicidade e às mentiras da guerra; estar em um ou em todos esses lugares e condições, e estabelecer conexões, explicar o que está realmente acontecendo, para que as pessoas comuns possam tomar o controle das coisas (WILLIAMS: 1967, p. 42-43).¹

As edições do “Manifesto de 1º de Maio” elencavam numerosas propostas. Da avaliação de que a pobreza não seria algo, nem espontâneo nem acidental, propunha-se o direcionamento de taxas e impostos para redução das desigualdades. Na Saúde, o ponto a ser enfrentado era o da concentração na medicina privada, em articulações com os laboratórios, as companhias de seguros e os conglomerados de investimentos. De uma maneira mais geral, cabia confrontar a aceitação dos setores particulares em competição direta com os agentes públicos, na prestação de serviços sociais; daí, a

¹ “To be a socialist, now, is to be at the point where a firm is taken over, by foreign capital; to be where profit and convenience are hurrying, threatening, discarding men; to be where a wage is fought for, or a reduction of hours; to be where a school or a hospital needs urgent improvement, or a bus-service, a housing development, a local clinic needs to be fought through, against the ordinary commercial and bureaucratic priorities; to be where Council rents are being raised, during a standstill on wages; to be on a newspaper or magazine, threatened with closure by the calculations of the advertisers and combine proprietors; to be a student expected to pass quietly through to a prescribed job with no share in the definition of his subject or in the government of his institution; to be a teacher, struggling to maintain his ideals against a bureaucratic grading of children and a perpetual shortage of resources; to be a social worker, knowing that where people are in need there is always shortage, of skilled helpers, of building and equipment, of the necessary respect; to be out in the streets, in the rush of society, demanding attention for what is happening to the unregarded poor, in our own and in others countries, breaking the system of human indifference and opposing the preparation, the complicity, the lies of war; to be in any or all of these places and conditions, and to connect, to explain, what is actually happening, so that ordinary people can begin to take control of it”.

necessidade de reestabelecer o estatuto da Saúde como “centro da sociedade humana” e demandar recursos para a reconstrução das partes mais afetadas, empreender a remodelação dos equipamentos e valorizar o cuidado comunitário. Na “Habitação”, a pauta era tentar garantir que as obras ocorressem nas áreas mais necessitadas, e não naquelas definidas pelos especuladores. Na “Educação”, os esforços seriam tendentes à abolição de um sistema que perpetuava divisões e preconceitos sociais. O foco deveria recair nas inter-relações entre teoria e prática, ao invés de meramente visar à transmissão de conteúdos disciplinares isolados. A Educação, ademais, devia fazer-se para a vida, e não para a inserção no mercado. Devia-se lutar pela expansão do ensino superior e pela criação de universidades genuinamente compreensivas, abertas às experiências e expectativas dos(as) estudantes. Para o item “Comunicações”, ainda que se reconhecesse que soaria utópico, predicava-se a urgência e a utilidade da edição de um jornal de circulação nacional dos trabalhadores; e ainda, que fossem instituídos gerências, de tipo democrático, sobre os equipamentos culturais. No “Trabalho”, os autores do *Manifesto* defendiam a redefinição do conceito de “propriedade pública” e a recusa do “novo capitalismo”, percebido como um sistema divisivo, explorador e frustrante. A solução não estaria, somente, na estatização: mais que nacionalizar, cumpria socializar os meios de produção e seus bens. Devia-se protestar agudamente contra os princípios de “seletividade”, apresentados como uso racional das receitas; mas, que, de fato, serviam como escusa para encobrir cortes nos serviços públicos e instituir tratamentos diferenciados, cidadãos de primeira e de segunda classes. Calhava meditar constantemente sobre o papel do Estado e inquirir, se e o quanto, juízes, chefes de polícia, altos escalões do funcionalismo público, embaixadores, acadêmicos, estariam associados aos interesses dos capitais particulares. Uma postura congruente seria buscar agir nas próprias economias, com a recusa das prioridades de banqueiros e firmas internacionais e com o boicote de produtos relacionados à exploração e à miséria em outras nações e continentes. A ideia de Europa, por seu turno, insinuava muito mais que a pertença a um mercado comum. Argumentava-se a favor da percepção de uma cultura partilhada. Sobre os auxílios financeiros, esses poderiam até representar, efetivamente, um passo importante para a independência econômica dos países do “terceiro mundo”, desde que determinados pelas necessidades internas e utilizados de

maneira adequada. O problema do “subdesenvolvimento” deveria ser retirado da moldura das relações comerciais; bem como cabia rejeitar completamente as visões de política exterior sujeitas às alianças políticas e militares. Intentar a mobilização da opinião pública em prol do pacifismo e do desarmamento, com a redução contínua dos orçamentos de defesa. O novo radicalismo – das campanhas de causa única, combate à fome, a favor do desarmamento nuclear, contra o colonialismo, pela igualdade racial, em prol da proteção infantil, dos sem-teto – e as “culturas de resistência” (das mulheres, dos negros, pobres e imigrantes) deveriam ser saudados e percebidos como aliados.

Se os indicadores eram corretos e as sugestões coerentes, por que os resultados não foram os esperados? Na versão de 1967, a última página era dedicada aos “próximos passos”, após a publicação do *Manifesto*. Por um lado, houve um relativo êxito editorial, com sucessivas tiragens e com requisições dos autores para palestras. Esperava-se (talvez, algo que possa ser visto como um saudosismo da atmosfera dos *Left Clubs*, da década de 1930) a formação de grupos de leitura e discussão do texto; como também, a elaboração de uma lista de reivindicações a ser debatida em uma Convenção Nacional. De fato, isso ocorreu; mas, sobre a convenção, o próprio Raymond Williams recorda que a “briga interna entre vários grupos era bastante violenta” (2013: p. 382). Um dos diagnósticos do *Manifesto* era de que o “novo capitalismo” valia-se da proliferação das causas para insuflar a fragmentação das consciências. Será que isso estava tão certo que as lutas pela transformação de todo o sistema deram errado? Será, enfim, que o consumidor apascentou o revolucionário? Abaixo as ditaduras, menos as de mercado: esse o recado, rescaldo? As lutas em prol dos direitos civis e das mudanças comportamentais (pelas quais o ano de 1968 é mitologicamente lembrado) não poderiam comunicar, justamente, a revolta e a renúncia às lógicas mesmas da política e da economia? Os contornos do mundo estudado nas edições de 1967 e 1968 do *May Day Manifesto* são cada vez mais familiares, parece convir, talvez, discutir a atualidade e valença de seus alvites para transformar as realidades sociais.

BIBLIOGRAFIA

- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.
- DWORKIN, Dennis. *Cultural Marxism in Postwar Britain. History, the New Left, and the origins of Cultural Studies*. London: Duke University Press, 1997.
- KENNY, Michael. *The first New Left. British Intellectuals after Stalin*. London: Lawrence & Wishart, 1995.
- THOMPSON, E. P. (Ed.). *Out of Apathy*. London: Steven & Sons Limited, 1960.
- THOMPSON, E. P. *The struggle for a free press*. London: People's Press Publication, 1952. In: *E. P. Thompson. Panfletário Antifascista*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2019.
- WILLIAMS, Raymond. (Ed.). *May Day Manifesto 1968*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.
- WILLIAMS, Raymond. (Et. Alli.). *1967 New Left May Day Manifesto*. London: May Day Manifesto Committee, 1967.
- WILLIAMS, Raymond. *A Política e as Letras. Entrevistas da New Left Review*. Tradução: André Glaser. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Tradução: André Glaser. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Recursos da Esperança. Cultura, Democracia, Socialismo*. Tradução: Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution* [1961]. London: Hogarth Press, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *What I came to say*. London: Hutchinson Radius, 1990.
- WOODHAMS, Stephen. *History in the making. Raymond Williams, Edward Thompson and Radical Intellectuals, 1936 – 1956*. London: The Merlin Press, 2001.